



ACÓRDÃO Nº156/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11488/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Itapiranga.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Michael Welligton Santos Serrão (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4118/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itapiranga. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do **Sr. Michael Welligton Santos Serrão**, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga, exercício de 2019, nos termos do art. 22, III, alínea "b", da Lei n.º 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. artigo 188, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução n.º 04/2002- RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições n.ºs 6.1, 6.2, 7.6 e violação ao artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal/88, quando o índice de dispêndio de gastos com o Poder Legislativo registrou o percentual de 7,27% além do permitido.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Michael Welligton Santos Serrão**, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga, no valor de **R\$16.000,00** (dezesesseis mil reais), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pela permanência das Restrições n.º 6.1, 6.2 e 7.6 como não sanadas, e violação ao artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal/88, quando o índice de dispêndio de gastos com o



ACÓRDÃO Nº156/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Poder Legislativo registrou o percentual de 7,27% além do permitido, e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa,, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Michael Welligton Santos Serrão, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga, no valor de **R\$1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso I, alínea “c”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, em razão da permanência da Restrição 6.1 como não sanada, e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº156/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Itapiranga que observe o que determina o art. 37 da Constituição Federal/88 quanto ao controle de ponto dos cargos comissionados e cumpra com os prazos de publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) no sistema e-Contas, sob pena de reincidência nos termos do art. 188, §1º, inciso III, alínea “e”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM.

10.5. Dar ciência ao **Sr. Michael Welligton Santos Serrão**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado para que tome ciência do decisório.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Março de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral